

# Contra o neoliberalismo — mas de que jeito?

WOLFGANG FRITZ HAUG\*

Desde que os zapatistas designaram a Caixa de Pandora da qual se originam tantos sofrimentos que atingem hoje a humanidade em escala mundial, foi este nome ouvido conscientemente por muitos pela primeira vez: neoliberalismo. Quando os zapatistas convocaram “um encontro intergaláctico contra o neoliberalismo e pela humanidade” e encarregaram o “Grupo-Chiapas” berlinense da realização do encontro preparatório europeu, os membros deste grupo ficaram espantados e até mesmo surpresos com esse nome que não lhes dizia nada — “neoliberalismo”. Retrospectivamente, esse espanto tem um efeito duplamente surpreendente.

É compreensível, tanto de um ponto de vista histórico, quanto de um ponto de vista social e psicológico, que eles não vinculassem ao neoliberalismo a *blitzkrieg* econômica, que praticamente extinguiu da noite para o dia a economia da República Democrática Alemã, nem a “terapia de choque” nos antigos países socialistas da Europa Oriental com suas conseqüências devastadoras. O novo mundo de guerra civil onde foi outrora a Iugoslávia ou a União Soviética parecia-lhes ter tão pouca coisa em comum com os seus problemas, quanto o colapso dos projetos nacionais de desenvolvimento e modernização do Terceiro Mundo. A solidariedade com as vítimas e os horrores em face do evidente absurdo do curso do mundo vinculavam-se na esquerda, quando muito, a uma recusa geral do “capitalismo” enquanto tal, sem que ela prestasse atenção aos antagonismos internos na esfera de dominação, que se tornou sem fronteiras. Ou então as pessoas se deleitavam com sombria satisfação com o pretenso “colapso da modernização” em geral.

Totalmente surpreendente nesse espanto era uma outra ausência: assim como ocorreu por todo lado na Europa Ocidental, também na Alemanha

\* Professor do Instituto de Filosofia da Universidade Aberta de Berlim. Editor do periódico *Das Argument* e autor do livro *Crítica da estética da mercadoria*, publicado pela Editora da Unesp. Tradução do alemão por Isabel Loureiro.

se acumularam os protestos de grupos atingidos pela destruição de elementos do Estado social, pelas conseqüências da “privatização” e da “desregulamentação”. Nas instituições públicas da Educação e da Saúde, do Esporte e da Cultura, da Previdência Social e dos Transportes, etc. multiplicaram-se os fechamentos e as demissões, contra as quais pequenos grupos resistiam desesperadamente nas ruas. Professoras de jardim de infância protestavam junto com as mães e as crianças contra o fechamento dos jardins de infância, bibliotecárias protestavam contra o fechamento das bibliotecas públicas. Piscinas públicas encerraram suas atividades, os horários de visita aos museus diminuíram, ao passo que os preços das entradas aumentaram. Tudo foi eliminado, não só o que existia no presente, mas também o que dizia respeito ao futuro, como, por exemplo, planos de construções socioculturais. Conseqüências intermináveis decorrentes do corte de verbas levaram ao aparecimento de uma “terceiromundização” das universidades (públicas). Os estudantes fizeram greve contra a reintrodução de taxas; os metalúrgicos, sobretudo os trabalhadores da Daimler-Benz, contra a redução do pagamento de salário em caso de doença. Mas na Alemanha todas estas e muitas outras pequenas e grandes ações, inúteis ou bem sucedidas, permaneceram isoladas, e os grupos que saíam às ruas não se davam conta de que sofriam de maneiras diferentes as conseqüências de uma e mesma política. A conexão não se realizava nas cabeças. As árvores escondiam a floresta.

Antes dos alemães foram os franceses que aprenderam a soletrar “neoliberalismo”. Por algum tempo parecia que o exemplo francês ia frutificar, sobretudo quando os trabalhadores da Daimler-Benz, em frente aos portões da fábrica, desenrolaram uma faixa em que estava escrito: “Nós aprendemos francês”. Para desgosto do governo, os representantes do capital entenderam a estranha ameaça e precipitaram a retirada, é verdade que apenas em relação a alguns poucos pontos nevrálgicos, a fim de continuar a ofensiva em relação a outros. Entrementes algo mudou na percepção pública. Por último, foi o artigo de Bourdieu sobre a “idéia de Tietmeyer”, ao qual a “economia” (como são denominados neutramente os interesses capitalistas) revidou quase que imediatamente e que despertou a opinião pública liberal de esquerda.

Contudo, o conceito de “neoliberalismo” foi (e ainda é) posto na sombra pela palavra de ordem “globalização”. Para muitos esta é decididamente uma palavra que provoca terror e ódio. Parece-lhes mais correta a “luta contra a globalização” do que voltar-se contra o neoliberalismo. Os governantes assemelham-se a educadores em pânico, que precisam incitar seus povos em face da “globalização” a contínuos sacrifícios e desempenhos para que o desemprego pare de crescer e a decadência nacional cesse. Onde antes invocavam a concorrência dos “japoneses”, agora expõem a globalização como fatalidade econômica

inevitável a que os governados precisam adaptar-se preventivamente. Em contrapartida, a “globalização” é algo que parece também “globalizar” a resistência contra si, pois atinge não só os pobres, mas também os povos ricos, não só os “países em desenvolvimento”, mas também os países industriais capitalistas desenvolvidos ou, pelo menos, consideráveis grupos da população desses países. Mas a “globalização” é dessa forma sobre-determinada, pois o protesto frontal contra ela se encontra “sub-determinado” e condenado ao fracasso. Trovejar contra a globalização é o mesmo que ladrar para a lua. Por isso, o discurso da globalização tem que ser, antes de mais nada, “desconstruído”.

“Globalização” parece significar em primeiro lugar globalização do capitalismo, no sentido da construção de um único mercado mundial capitalista. “A história acabou”, apregoava-se a partir dos Estados Unidos no momento do colapso do socialismo de Estado. Desde então não há mais alternativa ao capitalismo, apenas concorrência na partilha do mundo pelos poderosos. A globalização revela-se assim, no varejo e no sentido ocultador do termo, como a coerção “neoliberal” em relação a esse processo: como política do livre comércio global no interesse dos “vencedores do mercado” em detrimento dos “perdedores do mercado”. Esta política aspira a dois outros atos complementares de destruição histórica: por um lado, leva à queda dos regimes desenvolvimentistas nacionais das sociedades pobres e, por outro, leva à destruição das estruturas de bem-estar social das sociedades ricas. Em ambas as esferas mundiais esta política trata de suprimir a proteção contra a concorrência de fora, de produtos no caso do “Sul”, ou de produtos e de força de trabalho no caso do “Norte” — no último caso certamente da maneira mais horrível, por meio da perseguição ao “trabalhador ilegal”, ao mesmo tempo que utiliza sua ilegalidade, tal como mostra penetrantemente o filme *El Norte*, de Gregory Nava. E mais. Com o termo “globalização” entende-se a luta que obriga a uma nova divisão do trabalho internacional. Curiosamente, o mesmo nome de “globalização” abrange igualmente a difusão, no mundo inteiro, de um modo de consumo padronizado de produtos padronizados de grandes empresas transnacionais, mas também o efeito global da destruição do meio ambiente ou a propagação de doenças (Aids), dependência de drogas e criminalidade (Máfia). Com esse nome é apresentada a criação de políticas e instituições contra tais pragas “globais”.

E, finalmente, será preciso lembrar que Kostas Axelos nos anos 60 via surgir a “época planetária”, ou que Henri Lefebvre, uma década mais tarde, praticava a “mundialização do marxismo”, isto é, a globalização do marxismo? Devemos deixar claro aqui que com a “globalização” de um feixe de fenômenos lidamos com uma ambivalência fundamental, tal como, em grande avanço sobre a sua época, foi esboçada pela primeira

vez há 150 anos no *Manifesto Comunista*: o “desaparecimento dos povos” (*Verschlingung der Völker*) na rede do mercado mundial capitalista foi ali reconhecido como o trilho sobre o qual o capitalismo é conduzido, simultaneamente com sua possível superação. Tais percepções resistem ao espírito do tempo. Na pressa de se desfazer da ambivalência fundamental, as belas almas e as consciências infelizes do presente caem, não menos que antes, numa contradição que não são capazes de suportar. O *Manifesto*, ao qual se podem censurar muitas fraquezas, tem razão no que se refere a esta questão. Portanto, não tem sentido lutar contra a globalização; é preciso lutar para dar-lhe um sentido humano, para fazer dela o que Gramsci denomina a “unificação cultural da humanidade”.

Com o termo “humanidade” não se está pensando numa idéia abstrata, mas numa realidade praticada. Olhar para trás em nome da “humanidade” não tem sentido, mesmo que fosse para mostrar que ela nunca existiu em tempos pré-capitalistas. Esta formulação pode ser imediatamente complementada: o olhar para trás mostra hoje que a humanidade como realidade prática ainda está tateando, que uma humanidade dominada pelo capitalismo não é capaz de sobreviver.

É particularmente curioso que o conceito de “neoliberalismo” diga pouco aos alemães, uma vez que a ideologia neoliberal se produziu aqui, com uma intensidade quase religiosa, na Universidade de Friburgo. Friedrich August von Hayek transferiu a concepção darwinista da “sobrevivência do mais forte” para o plano das instituições sociais: o mais capaz sobrevive, o mais fraco morre. Como em todo social-darwinismo, principalmente o nazismo, não só são rejeitadas mas também difamadas como forças da degeneração todas as políticas e instituições que impedem tal processo de seleção. Para Hayek, os parlamentos são suspeitos porque sempre procuram intervir de maneira reguladora, socializante ou “humanizadora” no mercado. Será preciso lembrar que o golpe e em seguida a ditadura militar no Chile serviram para impor uma política econômica neoliberal? No início de 1990 quando a *perestroika* soviética agonizava, a *Komsomolskaja Prawda* publicou (“o mundo parecia de ponta cabeça”) uma longa entrevista de duas páginas com o general assassino Pinochet, que em nome da política neoliberal recomendava aos russos a receita: “É preciso cortar o rabo do gato”. O “rabo” eram os sindicatos, os direitos civis, o Estado social, etc.

Mas é preciso fazer uma pausa, as coisas não são assim tão fáceis! Se é falso manifestar-se contra a globalização, é igualmente difícil lutar contra o neoliberalismo. Sem uma autocrítica da esquerda nas suas diversas tendências não é possível uma crítica do neoliberalismo. A hegemonia da desregulamentação neoliberal é por fim a reação contra o não-funcionamento, tanto do regulacionismo social-democrata, quanto do

“modo de produção estatal” (Lefebvre) comunista. Quando se questiona esse “não-funcionamento” das duas diferentes formações inimigas, surge uma problemática complexa: ambas duraram muito tempo, o que é incompreensível sem investigar o “fordismo”.

Lembremos apenas como Gramsci analisou a transição para o fordismo, para sentirmos o quanto esses processos são perigosos, ligados que estão a crises econômicas e guerras mundiais, prenúncio da futura globalização. No seu tempo Gramsci reconhecia as formas (sob todos os pontos de vista altamente diferentes) de uma “fordização em atraso” (*nachholender Fordisierung*) ou de um “fordismo dos pobres”, por um lado, no fascismo dos Estados capitalistas, por outro, no stalinismo do socialismo de Estado soviético. Assim, se pudermos compreender o “comunismo” histórico da União Soviética como um “regime de fordização” estatal-absolutista, as formações keynesianas do capitalismo do *welfare*, de proveniência social-democrata, podem ser compreendidas como formações do fordismo triunfante. Os dois irmãos inimigos fracassaram no limiar da transição para o “pós-fordismo”.

O neoliberalismo, tal como hoje o conhecemos, funciona baseado num desenvolvimento das forças produtivas, tão turbulento quanto cheio de crises. Com isso entra em campo uma outra dimensão da “globalização”: as forças produtivas de alta tecnologia — e diga-se claramente que entre elas encontram-se também forças destrutivas e tecnologias da comunicação — são de alcance global e formam a infra-estrutura tecnológica da empresa transnacional de trabalho social. A consciência hoje dominante na esquerda não quer ter nada a ver com isso e tende espontaneamente a abandonar essa análise marxista elementar de tendências contraditórias, carregadas de potenciais históricos ambivalentes. Perplexa, persiste na sua aporia, não querendo voltar a um regime autoritário-administrativo de cunho stalinista, mas também não querendo ir além da configuração (*Gestaltung*) das forças históricas, pelo menos não em qualquer sentido que ouse ser construtivo. Pôncio Pilatos e não mais Prometeu é o ilustre santo do espírito do tempo. O estado espiritual da esquerda encontra-se condicionado pelo fato de, em face do fracasso da *perestroika*, ter evitado a problemática suscitada por ela, em vez de continuar ao menos a pensar teoricamente sobre as questões postas ali no início: relações de produção autoritário-administrativas centralizadas no Estado, com sua “decomposição do fator subjetivo” (Anatoli Butenko), podiam ser apropriadas, em termos de crescimento predominantemente extensivo, à introdução de um fordismo estatal e ao tipo de empresa baseado nele, mas eram muito pouco apropriadas à reprodução “intensiva” e, evidentemente, nada adequadas à transição para um modo de produção de alta tecnologia, com sua flexibilização e reposição estratégica dos indivíduos trabalhadores. Isso

para não falar do escárnio que representavam em relação às perspectivas marxistas originárias.

O elemento empreendedor e a iniciativa dos indivíduos precisavam ser recuperados pelos empresários capitalistas com sua monopolização da iniciativa e serem inscritos nas relações de produção, para que estas adquirissem de novo o atributo “socialista”. Os meios de comunicação de alta tecnologia, construídos tanto no capitalismo quanto no socialismo de Estado como meios de difusão unívocos e centralizados, precisavam continuar a desenvolver-se como meios de comunicação múltiplos (nos últimos meses na RDA, na curtíssima fase intermediária após a queda do regime autoritário-administrativo e antes da tomada do poder pelo Ocidente, a televisão deu um fascinante exemplo desse tipo de funcionamento novo, que devolveu aos conceitos “mídia” e “comunicação” seu significado).

Justamente o computador e a *Internet*, forças produtivas básicas (*Leitproduktivkräfte*) de alta tecnologia, com toda a sua ambivalência fundamental, poderiam permitir que surgisse um modo de produção que já não obrigasse os indivíduos a formas servis de divisão do trabalho nem à separação entre trabalho físico e intelectual e que, ao mesmo tempo e pela primeira vez, conduzisse a uma base técnica visando a democratização de uma planificação social de grande alcance. E não por último eles se tornaram também portadores de uma das formas políticas mais decisivas de um novo internacionalismo, utilizado pela primeira vez exemplarmente pelos zapatistas e seus defensores ligados à rede no mundo inteiro. A “globalização” alcançou aqui sorrateiramente a resistência contra o neoliberalismo, ou seja, conseguiu introduzir-se com sucesso na luta pela globalização e fazer da *Internet*, criada outrora para a estratégia da guerra nuclear dos Estados Unidos, o primeiro meio de comunicação de uma “humanidade” que se constitui fragmentariamente.

HAUG, Wolfgang Fritz. Contra o neoliberalismo — mas de que jeito?. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.127-132.

***Palavras-chave:*** Neoliberalismo; Globalização; Meios de comunicação; Internet.